



RESUMO PARA OS CIDADÃOS

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2018 DO PO SEUR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, EIXOS PRIORITÁRIOS E FINANCIAMENTO DISPONÍVEL

O PO SEUR, aprovado por decisão da Comissão Europeia (COM) a 16 de dezembro de 2014, é um instrumento da Estratégia Europa 2020 para o domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos, agregador de 2.252 milhões de euros de financiamento comunitário de Fundo de Coesão (FC). A sua intervenção abrange a totalidade do território nacional.

A estratégia preconizada para este Programa operacional traduz uma perspetiva multidimensional da sustentabilidade, assente em três pilares estratégicos:

OT 4 Eixo Prioritário 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

757 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 5 - Eixo Prioritário 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

426 milhões de euros de Fundo de Coesão

OT 6 - Eixo Prioritário 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

1.020 milhões de euros de Fundo de Coesão

Estes pilares estratégicos, operacionalizados nos três eixos de atuação do PO SEUR, correspondem aos Objetivos Temáticos do domínio da Sustentabilidade e Uso Eficiente de Recursos (SEUR), contratualizados entre Portugal e a União Europeia através do Acordo de Parceria designado “Portugal 2020”. Este Acordo espelha assim a estratégia nacional para o atual período de aplicação dos Fundos da União Europeia (2014 e 2020), com execução até 2023.

O PO SEUR inclui ainda o Eixo Prioritário 4, “Assistência Técnica”, que se destina a financiar a

realização das atividades inerentes ao desenvolvimento das competências e tarefas de gestão e controle e de divulgação do Programa e dos apoios atribuídos e resultados atingidos,

Cada Objetivo Temático (OT) desdobra-se em Prioridades de Investimento (PI) e Objetivos Específicos (OE), que têm associados indicadores de realização física e financeira, cujo desempenho se avalia neste ano de 2019, com base nas metas a atingir em 31-dez-2018 e posteriormente em 31-dez-2023, bem como indicadores de resultado dos apoios comunitários nas políticas públicas que financiam, com metas traçadas para 2023.

Em 2016, foram aprovados pela COM, através da Decisão C (2016) 5476, de 22.08.2016, ajustamentos ao Eixo 2 do POSEUR, para permitir o alargamento das tipologias de operações elegíveis no âmbito territorial da Região Autónoma da Madeira (RAM), no que se refere à PI 5.2 “Promoção de Investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes” e em 2017, através da Decisão C(2017)7088, de 17 de outubro, foram aprovados ajustamentos ao Eixo 1 do POSEUR, para permitir a forma de apoio não reembolsável e alterar condições de elegibilidade das candidaturas da PI 4.3, relativa à Eficiência Energética nos edifícios da Administração Central, de modo a tornar mais abrangente e universal o acesso das entidades potencialmente elegíveis a esta área de intervenção do Programa. Em 2018, a 5 de dezembro, através da Decisão C(2018)8379, a Comissão Europeia aprovou a reprogramação do POSEUR, enquadrada na reprogramação global do Portugal 2020, com o objetivo de reforço do alinhamento estratégico com o Plano Nacional de Reformas e da concentração dos apoios, para a eficácia das políticas públicas.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

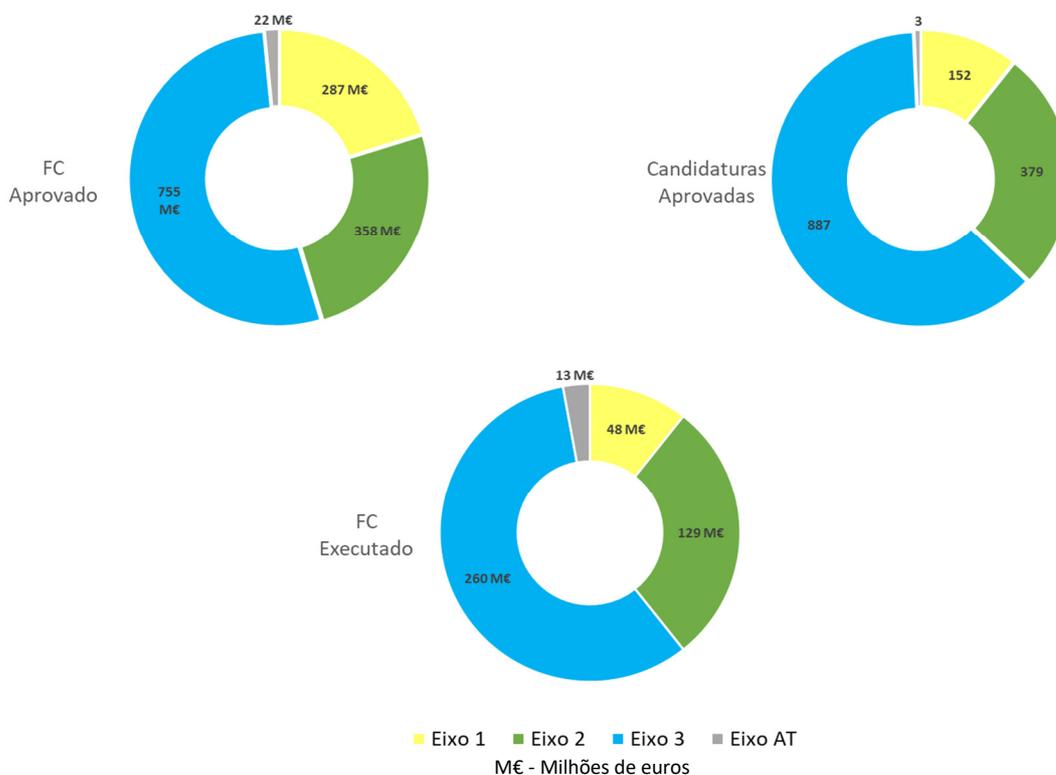
No final de 2018, a taxa de compromisso da dotação de Fundo de Coesão (FC) do PO SEUR situou-se nos 63%, fruto dos 132 avisos lançados e das 1421 operações aprovadas. A taxa de execução financeira situou-se nos 20%, evidenciando um progresso notável, quando comparada com a situação de 2017 (8,9%) Apesar de se continuarem a registar

dificuldade inerentes à natureza proeminente pública das entidades beneficiárias, a diferença entre o nível de compromisso e de execução financeira reduziu-se face a 2017 (43 p.p. em 2018 face a 49 p.p. em 2017), o que demonstra a melhoria da implementação dos projetos no terreno.

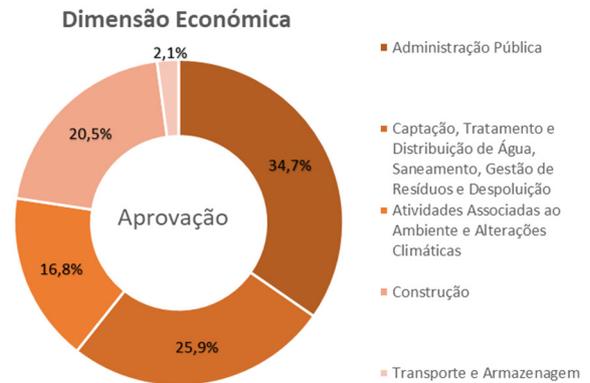
Onde chegámos no final de 2018

132	Avisos lançados	1.724 M€	Dotação de Fundo de Coesão Disponibilizada
2.291	Candidaturas Apresentadas	1.972 M€	Fundo de Coesão Solicitado
1421	Candidaturas Aprovadas	1.422 M€	Fundo de Coesão Aprovado
64%	Taxa de Compromisso (FC)	451 M€	Fundo Executado
22%	Taxa de Execução (FC)	450 M€	Pagamentos

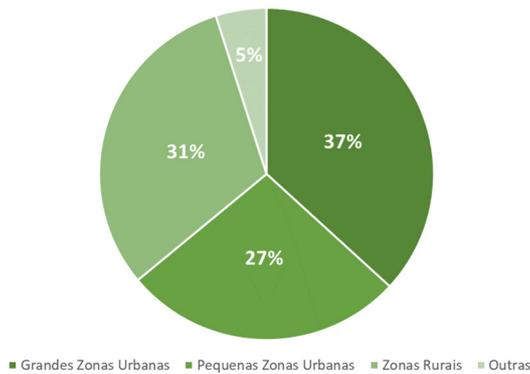
No final de 2018, a repartição do nº de candidaturas e Fundo de Coesão aprovado e executado por Eixo era a seguinte:



Na dimensão económica associada às operações aprovadas, verifica-se a seguinte distribuição no que respeita à aprovação, sendo que a administração pública é a dominante, dada a natureza das entidades beneficiárias do PO:



Distribuição por Tipo de Território



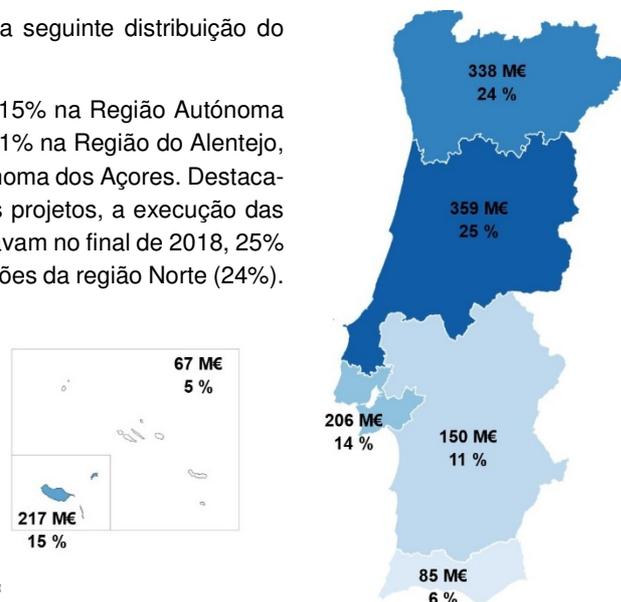
Considerando a distribuição por tipo de território, destaca-se o conjunto dos investimentos que incidem em zonas rurais e em pequenas zonas urbanas (cerca de 58% dos investimentos apoiados).

O investimento em grandes zonas urbanas representa 37% do Programa.

Quanto à localização por NUTS II, verifica-se a seguinte distribuição do fundo comprometido:

25% na Região Centro, 24% na Região Norte, 15% na Região Autónoma da Madeira (RAM), 14% na Região de Lisboa, 11% na Região do Alentejo, 6% na Região do Algarve e 5% na Região Autónoma dos Açores. Destaca-se, pelo avanço no grau de implementação dos projetos, a execução das operações aprovadas no Centro, que representavam no final de 2018, 25% do fundo executado, logo seguidas pelas operações da região Norte (24%).

Distribuição Regional do Fundo Comprometido



NÚMEROS E RESULTADOS ALCANÇADOS, POR EIXO

EIXO 1 - Economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores

No final de 2018 encontrava-se comprometido, com os projetos aprovados, um total de 287 milhões de euros de FC, correspondente a 370 milhões de euros de custo total elegível. Relativamente ao fundo executado e pago, era de 48 milhões de euros de FC para um custo elegível executado de 60 milhões de euros. Estes números revelam um nível de implementação relativamente baixo, resultante de atrasos de execução (novas áreas e apoio) e da necessidade de alterações de programação, para melhor ajustamento às prioridades de política pública, o que exigiu a reprogramação que foi aprovada em dezembro de 2018. No final de 2018, já se verifica uma evolução significativa no contributo das operações selecionadas para os indicadores de realização do Eixo 1, fruto da aprovação dos projetos relativos à Eficiência Energética na Administração Central e à Eficiência Energética nos Transportes Públicos.

Candidaturas Aprovadas 152	Taxa de Compromisso 38%	Fundo Executado 48 M€
Fundo Aprovado 287 M€	Taxa Realização Financeira 17%	Fundo Pago 48 M€

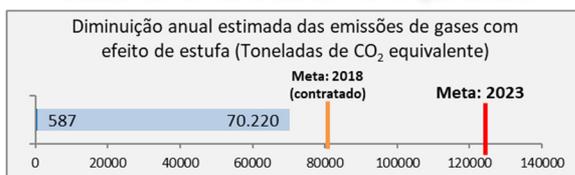


Renovação da frota de veículos de transporte público urbano coletivo de passageiros da Carris, para redução de emissões de CO₂ e outros gases de efeito de estufa
Beneficiário: Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M.

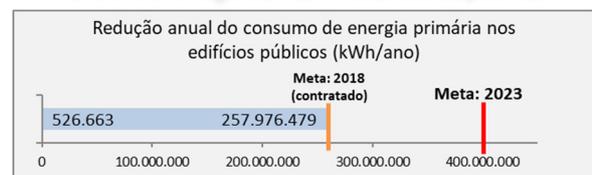
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
 Contratado
 Executado

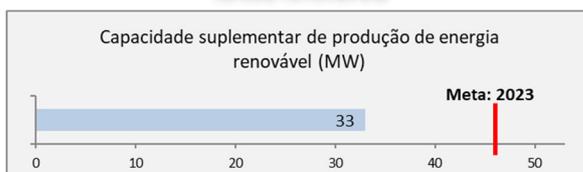
Indicador comum às áreas de intervenção do Eixo 1



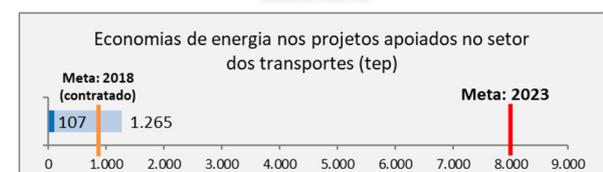
Eficiência energética nas infraestruturas públicas



Produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis



Promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável



EIXO 2 - Adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

No final de 2018 encontravam-se aprovadas 379 operações, com um custo total elegível de 432 milhões de euros e uma dotação de FC de 358 milhões de euros. A execução financeira do Eixo 2, no final de 2018, correspondia a um custo total elegível executado de 146 M€ e fundo de 129 M€. Os pagamentos de Fundo aos beneficiários ascenderam a 128 M€. As operações aprovadas/contratadas já contribuem para todos os indicadores de realização e o nível de implementação do Eixo é elevado, existindo já contributos relevantes das intervenções concretizadas para a execução daqueles indicadores.

Candidaturas Aprovadas 379	Taxa de Compromisso 84%	Fundo Executado 129 M€
Fundo Aprovado 358 M€	Taxa Realização Financeira 36%	Fundo Pago 128 M€

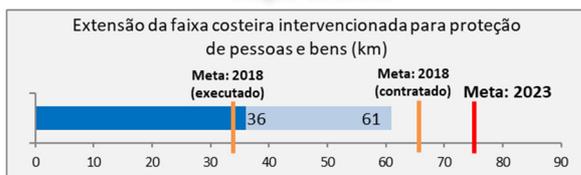


Proteção do Litoral na Região Centro entre as Praias do Furadouro e Vieira – Praia de Buarcos
Beneficiário: Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

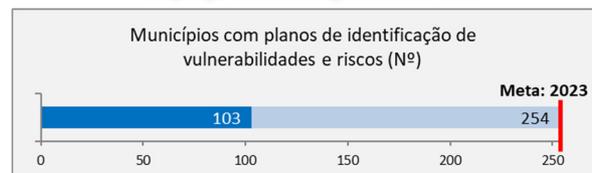
Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

Legenda:
Contratado
Executado

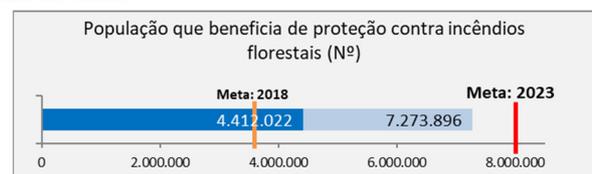
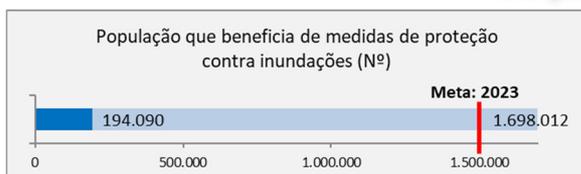
Proteção do Litoral



Adaptação às alterações climáticas

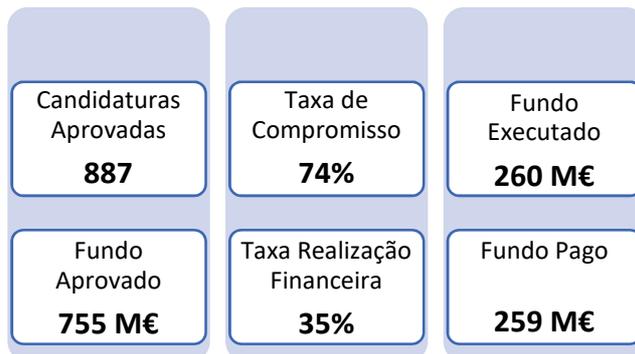


Prevenção e gestão de riscos



EIXO 3 - Proteção do ambiente e uso eficiente de recursos

No final do ano de 2018, estavam aprovadas 887 candidaturas, com um custo total elegível de 904 milhões de euros e 755 milhões de euros de fundo atribuído. A execução financeira atingiu no final de 2018, o correspondente a um custo total elegível de 313 M€ e FC de 260 M€. Para esta performance, muito contribui o Ciclo Urbano da Água e a Recuperação de Passivos Ambientais. Quanto aos pagamentos de fundo efetuados aos beneficiários, o total ascende a 259 M€. Até ao final de 2018, os indicadores de realização das operações aprovadas apresentavam já níveis de cumprimento das metas globalmente muito positivas. Quanto ao executado, os indicadores apresentam uma performance positiva, com contributos das operações já concluídas.

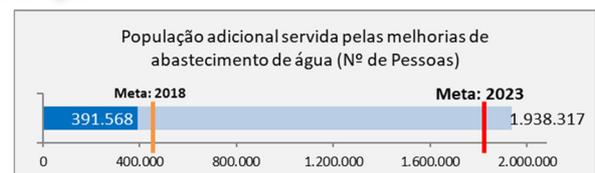
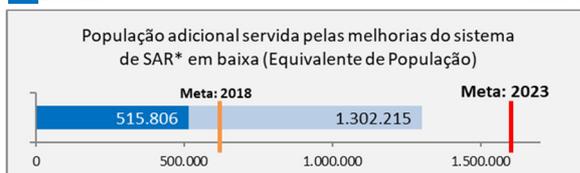


Melhoria da qualidade do tratamento da ETA de Vale da Pedra
Beneficiário: EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Apresenta-se nos gráficos seguintes, o grau de aproximação às metas fixadas para os indicadores do Programa que se consideram mais relevantes, nos vários domínios:

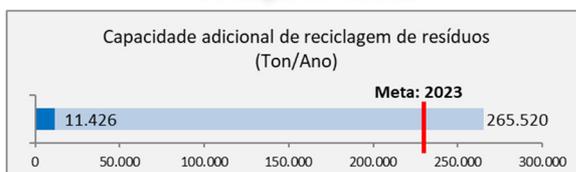
Legenda:
Contratado
Executado

Ciclo urbano da água



*SAR - Saneamento de Águas Residuais

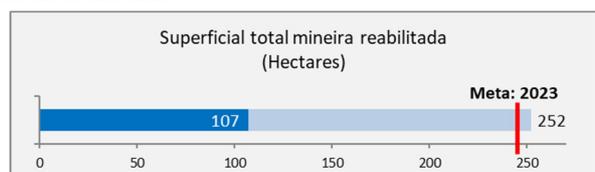
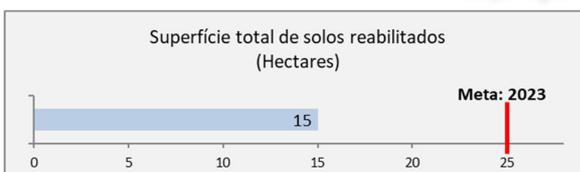
Valorização de resíduos



Conservação da natureza

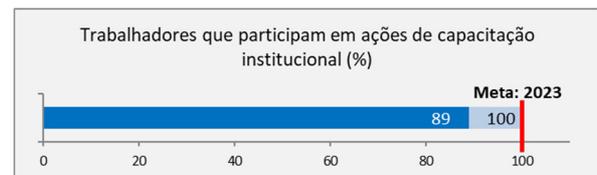
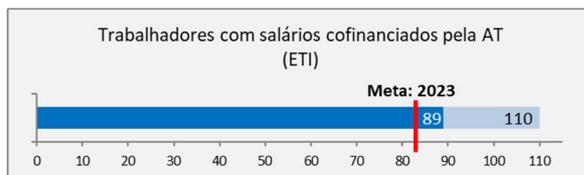
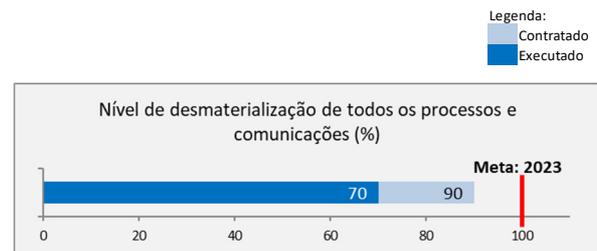
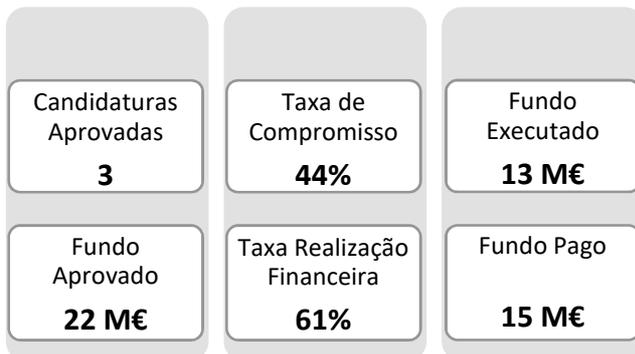


Recuperação de passivos ambientais



EIXO 4 – Assistência técnica

O custo total elegível e fundo aprovado para as operações do Eixo 4 é de 26M€ e de 22 M€, estando executados 16 M€ de despesa elegível e 13 M€ de fundo. Estão pagos cerca de 15 M€ às entidades beneficiárias. Também neste eixo, as operações aprovadas até final de 2018 já contribuem expressivamente para os indicadores específicos do Programa, existindo já, no que respeita à realização executada de todos os indicadores, um grande contributo das operações parcialmente executadas.



OBJETIVOS INTERMÉDIOS DO QUADRO DE DESEMPENHO

No que respeita aos objetivos intermédios dos indicadores físicos e financeiros do Quadro de Desempenho (QD), os mesmos foram revisitados no âmbito do processo de reprogramação do Programa, aprovado em dezembro de 2018, para ajustar aos contrangimentos de implementação e às alterações de programação introduzidas no contexto daquele processo. O resultado alcançado no final de 2018 em termos de Quadro de Desempenho (QD) dos 3 eixos do POSEUR foi bastante positivo, com o cumprimento dos objetivos intermédios estabelecidos, o que evidencia já um progresso significativo na implementação do PO SEUR e que permitirá, caso a avaliação da Comissão Europeia seja favorável, a decisão de atribuir a reserva de desempenho, correspondente a 6% da dotação programada de cada Eixo Prioritário, tornando-a disponível e efetiva

para dar continuidade à aprovação de operações que visem o cumprimento dos objetivos de programação de cada um deles. Para além do indicador financeiro mobilizado para o Quadro de Desempenho de cada um dos Eixos, cada um mobilizou no mínimo de 2 indicadores de realização física, cujo cumprimento do objetivo intermédio tinha que ser assegurado em pelo menos 85%, para cumprimento do Quadro de Desempenho. Todos os indicadores atingiram ou ultrapassaram este limiar mínimo, incluindo alguns que ultrapassaram o objetivo intermédio fixado. No Eixo 3, um dos indicadores de realização ficou nos 84% da meta - População adicional servida pelas melhorias do sistema de saneamento de águas residuais em baixa em pop. Equivalente, o que não invalida o cumprimento do QD deste Eixo porque mobilizou 3 indicadores e este, ficou acima dos 75%.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E MEDIDAS ADOTADAS

O ano de 2018 foi marcado pela reprogramação do POSEUR, que culminou com a sua aprovação, por decisão da Comissão Europeia de 5 de dezembro e a alteração do Regulamento Específico SEUR em conformidade, publicado a 24 de dezembro acolhendo as alterações decorrentes da reprogramação.

A aprovação da reprogramação, permitiu ainda, no final de 2018, abrir dois Avisos, um no Eixo 1, resultante de nova elegibilidade relativa a infraestruturas para a mobilidade urbana sustentável e outro, no Eixo 3, permitindo abrir a tipologia relativa à eficiência no Ciclo Urbano da Água com a forma de apoio não reembolsável. Este avanço, que foi possível com a reprogramação, bem como outros avisos no Eixo 1 lançados já no início de 2019, possibilitará a melhoria substancial da performance deste Eixo. No caso do Eixo 3, também a possibilidade de abertura de avisos relativos à tipologia de eficiência no Ciclo Urbano da Água, com apoios através subvenção não reembolsável (Fundo Perdido), ao invés de Instrumento Financeiro, foi uma melhoria relevante que resultou da reprogramação.

Os ajustamentos introduzidos no Quadro de Desempenho no âmbito da reprogramação, quer ao nível dos indicadores de realização, quer ao nível do indicador financeiro, permitiu corrigir a ambição do Programa e os ajustamentos que se tornaram necessários em face das vicissitudes que condicionaram a sua implementação desde o início. O nível de ambição do desempenho do PO foi realista, o que se traduziu, nalguns casos, na revisão das metas em alta.

De referir ainda o financiamento, através do Empréstimo Quadro do BEI, da contrapartida nacional das operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito do PT2020, tendo até ao final de 2018 sido aprovado um montante de 6,1 milhões de euros, contribuindo deste modo para reforçar os mecanismos de financiamento destes projetos.

Ainda no Eixo 1, continuou a subsistir um problema de implementação das operações na PI 4.3 – Eficiência Energética na Administração Central, que estão muito dependentes de pareceres e autorizações orçamentais prévias para a assunção de compromissos de investimento, tendo o PO SEUR envidado esforços junto das entidades responsáveis por aqueles beneficiários, para que se ultrapassassem as situações que impediam a implementação dos projetos aprovados.

O eixo 2, continua a ser o Eixo que revela uma maior diferença entre a taxa de compromisso e a taxa de execução financeira, dados os atrasos de implementação em algumas áreas, nomeadamente da adaptação às alterações climáticas, da erosão costeira, dos riscos de cheias e inundações, e dos instrumentos de planeamento. No caso das intervenções no litoral e na área dos riscos de cheias e inundações, os motivos mais relevantes prendem-se com a complexidade das intervenções, processos de contratação pública morosos e, no caso dos projetos da responsabilidade de entidades da Administração Pública Central, a necessidade de autorizações e pareceres prévios para a assunção de compromissos. No caso da adaptação às alterações climáticas e instrumentos de planeamento e monitorização, os motivos prendem-se com a duração da elaboração dos planos, estudos e outros instrumentos, morosos na sua concretização. O PO SEUR tem vindo a monitorizar cada situação e a articular as melhores soluções com as entidades responsáveis.

No que respeita ao Eixo 3, os problemas de implementação foram ultrapassados no âmbito da reprogramação do PO SEUR, nomeadamente com a possibilidade de financiamento das tipologias que visam a eficiência dos sistemas do Ciclo Urbano da Água, que passou de instrumento financeiro para subvenção não reembolsável.